

Termo de Referência 42/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
42/2024	170217-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 2A. RF/PA	GUSTAVO AMORIM ANTUNES	02/08/2024 19:59 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		10280-726.632/2024-37

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/08/2024 às 19:59:00.

Lista de Anexos


Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR ar condicionado Acre.pdf (1.21 MB)

Anexo I - TR ar condicionado Acre.pdf

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

	Ministério da Fazenda – MF Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/2ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO E INSPETORIAS EM
EPITACIOLÂNDIA, ASSIS BRASIL E CRUZEIRO DO SUL-AC**

(Processo Administrativo nº 10280-726.632/2024-37)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no sistema de ar-condicionado (AVAC) da DRF/RBO, composto por central chiller a ar, unidades fan-coils e sistema de bombeamento de água gelada e aparelhos splits individuais; das IRF/EPI, IRF/ASB e IRF/CZL, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios; conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

LOTE ÚNICO

A - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO - AC Endereço: Rua Marechal Deodoro, 340, Centro - Rio Branco – AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
A.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado (AVAC), tipo central chiller (condensação a ar) para água gelada, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	60
A.2	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado (AVAC), tipo Split individual, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	60

B - INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EPITACIOLÂNDIA – AC Endereço: Av. Internacional, 595, SATEL - Epitaciolândia – AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
B.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado (AVAC), tipo Split individual, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	60

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

C - INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ASSIS BRASIL – AC			
Endereço: BR-317, KM-02, Centro – Assis Brasil – AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
C.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado (AVAC), tipo Split individual, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	60

D - INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRUZEIRO DO SUL – AC			
Endereço: Av. Joaquim Távora, 31, Centro – Cruzeiro do Sul - AC			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
D.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado (AVAC), tipo Split individual, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	60

1.2. Não há parcelamento do objeto.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, na forma do artigo 6º, inciso XXI, alínea a, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos**, contados a partir da Ordem de Serviço Inicial, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A finalidade do presente instrumento é assegurar a continuidade do perfeito funcionamento e a conservação dos equipamentos dos Sistemas de Ar-Condicionado Central e Individual, visando atender às necessidades de conforto ambiental e garantir a boa qualidade do ar, para uma melhor prestação de serviço e atendimento ao contribuinte. As fundamentações se baseiam em:

2.1.1. A NBR 16401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23 °C a 25 °C, no verão, e de 20 °C a 22 °C, no inverno. As condições externas nas cidades de Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, tanto no verão quanto no inverno, alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; os prédios da DRF possuem um sistema de ar-condicionado instalado e em operação, necessitando da prestação do serviço que é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários.

2.1.2. O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.1.3. Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

2.1.4. Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Equipamentos de ar condicionado requerem manutenções preventivas periódicas por pessoal devidamente capacitado, para seu adequado e seguro funcionamento, bem como para prolongamento da sua vida útil.

3.1.1. A manutenção preventiva permite minimizar a ocorrência de danos e diminuir as despesas com reparos. Por outro lado, a falta de manutenção preventiva propicia elevação no consumo de energia elétrica, e pode até acarretar danos ao sistema elétrico da edificação, com graves consequências.

3.1.2. A manutenção preventiva e corretiva regular desses equipamentos é fundamental para o controle da proliferação de fungos e bactérias nocivos à saúde humana, e deve ser executada por pessoal especializado.

3.1.3. Além disso, a contratação nos moldes aqui sugeridos, incluindo a manutenção corretiva, permite que eventuais defeitos sejam sanados com relativa celeridade, mantendo a disponibilidade dos equipamentos e reduzindo transtornos, consequentemente.

3.2. Objetivo: Manter os sistemas de climatização (Chillers, fancoils, bombas e splits) operando em perfeitas condições de funcionamento e conservação, oferecendo boas condições de trabalho, evitando-se despesas desnecessárias em consertos emergenciais por falha de componentes advindas da falta de conservação, e proporcionar garantia das condições mínimas exigidas na portaria n. 3.523/98 do Ministério da Saúde, bem como as orientações da Resolução nº 9 da Anvisa, para prevenção de riscos à saúde dos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva, determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica

4.1.2. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços quando couber, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008

4.2. Os materiais, peças e componentes fornecidos e aplicados na prestação dos serviços, deverão estar conforme as especificações dos fabricantes dos equipamentos e suas marcas, características e modelos deverão ser rigorosamente seguidos com as devidas garantias.

4.3. Devem ser observados também os seguintes itens do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

p. 110, item 4. APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL

p. 265. item 38.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

p. 269. item 39.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção

p. 54, item 8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (sustentabilidade e acessibilidade)

p. 101, item 1. ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

p. 201, item 23.OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos

p. 206, item 24.OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual principal. Será admitida subcontratação parcial de serviços específicos, tais como: análise da qualidade do ar, análise físico-química do óleo e manutenção de motobombas.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **3% (três por cento) do valor inicial contratual**, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021

P á g i n a 4 | 29

DIENG

Atualização: janeiro/2024

Termo de Referência – Serviços de Engenharia – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Manutenção de ar-condicionado

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

e regras previstas no contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00 horas às 16:00 horas**.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. **A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de dois dias úteis pelos seguintes canais:**

**DRF RIO BRANCO. Telefone: (68) 99966-4747 e (68) 99965-5824
Responsáveis: Glicério Castro Pires Neto e Gilcimar Martins Pereira**

**IRF ASSIS BRASIL. Telefone: (68) 99964-5832
Responsáveis: Valmório Sebastião de Souza e Isael Nicolau dos Santos Junior**

**IRF CRUZEIRO DO SUL. Telefone: (68) 99962-8866
Responsáveis: Ronelson da Silva Castro e Romeria Prissila Mota Silva**

**IRF EPITACIOLÂNDIA. Telefone: (68) 99967-2133
Responsáveis: Leonardo de Castro Faria e Jairo Laurindo dos Anjos**

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Disposições Gerais

5.1. **Normas e Legislação de Referência – Os serviços a serem executados e os materiais empregados na execução deverão obedecer ao seguinte:**

5.1.1. Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;

5.1.2. Lei 13.589 de 04/01/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

5.1.3. Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

5.1.4. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes: NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR-23: Proteção Contra Incêndios; NR-33 Medidas de Segurança em Espaços Confinados; NR-35 Trabalho em Altura;

5.1.5. Norma ABNT NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de Higienização;

5.1.6. Norma ABNT NBR 13971 de 2014 que trata de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada;

5.1.7. Norma ABNT NBR 16401 de 2008 que trata de Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários;

5.1.8. Resolução ANVISA RE nº 09/20003 - Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

5.1.9. Também deverão ser observadas todas as orientações do fabricante do equipamento;

5.1.10. Deverão ainda ser observadas, durante a vigência do contrato todas as leis, normas, códigos de posturas federais, estaduais e municipais, normas infra legais e manual do fabricante.

5.2. Definições básicas:

5.2.1. DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil, proprietária e CONTRATANTE do serviço.

5.2.2. CONTRATADA – Empresa contratada pela Receita Federal para o serviço.

5.2.3. FISCALIZAÇÃO – Pessoa física ou jurídica, designada pela Receita Federal para fiscalizar o contrato de serviço.

5.2.4. RESPONSÁVEL TÉCNICO – profissional responsável pelos serviços registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

5.2.5. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.2.6. AVAC – Sistemas de Aquecimento, Ventilação Mecânica e Ar Condicionado.

5.2.7. Manutenção Preventiva - manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um ativo. Tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança. Tem ainda a finalidade de operacionalizar o sistema de forma a se alcançar a melhor eficiência e menor consumo de energia. Consistem em três atividades principais:

- a) INSPEÇÃO: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa de manutenção, recomendada pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.
- b) REVISÃO: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.
- c) CONFIGURAÇÃO: Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.
- d) A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o plano com as rotinas e durações previstas neste Termo de Referência.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

5.2.8. Manutenção Corretiva - manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida. Tem por objetivo o restabelecimento ou readaptação dos componentes dos equipamentos e sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento com a substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários. Cada procedimento corretivo deve ser embasado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo profissional responsável da CONTRATADA, justificando os serviços, materiais e peças necessárias. As intervenções indicadas no laudo devem ser autorizadas pelo gestor/fiscal do contrato, o que não exime a CONTRATADA de responsabilização pela realização de conserto desnecessário. A manutenção corretiva também inclui o atendimento a chamados de emergência, com a finalidade de vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento em manutenção, a qualquer tempo. As intervenções **corretivas programadas** deverão ser realizadas juntamente com as visitas para a realização do ciclo preventivo e o custo da mão de obra para este tipo ação deverá ser previsto e incluso no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE.

5.2.9. As intervenções **corretivas emergenciais** deverão ser realizadas com o início de atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da hora do chamado, feito em dia útil, em horário comercial compreendido entre 08 e 18h. E por serem de baixíssima ocorrência (pois sua frequência reflete o resultado do serviço alvo deste escopo) deverão ser previstas e inclusas no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE.

5.2.10. Visitas Técnicas de Supervisão – consistem nas atividades de gestão da manutenção, objeto deste contrato, a serem realizadas por Engenheiro Mecânico habilitado. O profissional que realizar esta atividade será o responsável pela supervisão das atividades, pela elaboração de relatórios e pelo auxílio técnico. Deverá realizar pelo menos uma visita semestral, durante o horário do expediente, ou sempre que for solicitada pelo gestor do contrato.

Local e especificação dos equipamentos

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes equipamentos por localidade:

A – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO - AC			
	EQUIPAMENTO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
A.1	Unidade refrigeradora tipo Chiller Scroll com condensação a ar; fluido refrigerante HFC410A; capacidade de resfriamento de 100 TR; alimentação elétrica trifásica, 230 V, 60Hz. Marca TRANE mod. CGAM100000357.	Und.	02
A.2	Fancoil de 06 TR, WDVA06502138, WDSA06502138; Marca TRANE.	Und.	01
A.3	Fancoil de 12 TR, WDVA10501480, WDSA10501480; Marca TRANE.	Und.	01
A.4	Fancoil de 18 TR, WDVA14501430, WDSA14501430; Marca TRANE.	Und.	02
A.5	Fancoil de 25 TR, WDVA21501221, WDSA21501221; Marca TRANE.	Und.	07
A.6	Motobomba centrífuga monoestágio – ECS 1250M/T 12,5 cv; Marca Eletroplas	Und.	03
A.7	Central de automação com gerenciador de sistema SC-1 e controlador programável UC600-1; Marca TRANE.	Und.	01
A.8	Split Hi-wall 18.000 BTU/h, marca Gree	Und.	01
A.9	Split Hi-wall 24.000 BTU/h, marca Gree	Und.	01

B – INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EPITACIOLÂNDIA - AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
B.1	Split Hi-wall 9.000 BTU/h, marca Electrolux	Und.	01

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

B.2	Split Hi-wall 13.000 BTU/h, marca Gree	Und.	04
B.3	Split Hi-wall 18.000 BTU/h, marca Gree	Und.	02
B.4	Split Hi-wall 24.000 BTU/h, marca Gree	Und.	02

C – INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ASSIS BRASIL - AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
C.1	Split Hi-wall 13.000 BTU/h, marca Gree	Und.	01
C.2	Split Hi-wall 18.000 BTU/h, marca Elgin	Und.	09

D – INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRUZEIRO DO SUL - AC			
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
D.1	Split Hi-wall 13.000 BTU/h, marca Gree	Und.	05
D.2	Split Hi-wall 18.000 BTU/h, marca Gree	Und.	01
D.3	Split Hi-wall 24.000 BTU/h, marca Gree	Und.	05

Especificação dos serviços e condições de execução

5.4. Os serviços objeto deste TR serão executados por equipe não residente disponibilizada pela CONTRATADA, devendo esta, obrigatoriamente, obedecer aos requisitos de formação profissional. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas técnicas programadas, segundo o cronograma de manutenções preventivas previamente entregue à equipe de fiscalização do CONTRATANTE ou através de Chamados de Emergência do CONTRATANTE para atendimento das manutenções corretivas, os quais deverão ser atendidos em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado pelo CONTRATANTE.

5.5. Toda a mão-de-obra, materiais de consumo, peças, componentes, ferramentas, dispositivos auxiliares e insumos necessários à execução dos serviços ficarão, integralmente, a cargo da empresa contratada, incluindo-se também a desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes.

5.6. Todas as manutenções realizadas visam manter ou recuperar o estado de uso e/ou de operação, a fim de que o equipamento e seus componentes sejam funcionais e seguros.

5.7. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos, mecânicos e de eficiência, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais dos equipamentos, análises e reparação de vazamentos, condições de lubrificação dos componentes, limpeza, substituição de peças e insumos.

5.8. Os serviços de manutenção deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de técnicos qualificados, treinados e a si vinculados, bem como, instruídos adequadamente para a execução, de forma segura, dos serviços de manutenção elencados no presente instrumento.

5.9. Todos os serviços deverão ser prestados de forma continuada e nos prazos estipulados neste instrumento, portanto a CONTRATADA deverá alocar um número suficiente de profissionais, de forma a cumprir com todas as obrigações assumidas.

5.10. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados nos locais em que os sistemas estão instalados, salvo quando, por motivos técnicos, não puderem ser executados nos locais de uso, quando então poderá haver a retirada do componente defeituoso pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do(s) fiscal(is) do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes e da instalação do CONTRATANTE durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

5.11. A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, para qualquer anormalidade verificada; e das 17h às 8h do dia seguinte, ou em finais de semana e feriados para reparo que apresentarem risco de funcionamento, riscos de acidentes ou riscos aos usuários.

5.12. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a contar da data do recebimento da Ordem de início dos Serviços.

5.13. A CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE, via e-mail, em até 10 (dez) dias após o início de vigência, cronograma físico de execução das manutenções preventivas, que deverá compreender todo o período contratado, sendo que qualquer modificação no decorrer do contrato deverá ser comunicada ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à data prevista da realização da manutenção preventiva.

5.14. A CONTRATADA deverá efetuar no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar o recebimento da Ordem de início dos serviços, o levantamento completo das atuais condições dos equipamentos, que são objeto deste instrumento, inclusive suas instalações, suportes e estruturas; e relacionar em laudo o estado e condições de operação, detalhando eventuais irregularidades encontradas, e o planejamento das ações necessárias que adotará para as correções.

5.15. Por ocasião da execução da primeira manutenção preventiva, deverão ser abrangidas, além das rotinas mensais, também as eventuais correções identificadas e necessárias para o bom andamento do programa.

5.16. A CONTRATADA deverá assumir os serviços que se façam necessários no estado em que se encontram os equipamentos, sem que isso gere qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, ou seja, por ocasião da realização da primeira manutenção preventiva, que deve ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Ordem de início dos Serviços, deverá providenciar a correção de todos os defeitos existentes, bem como substituir todas as peças defeituosas (que serão reembolsadas), com exceção dos serviços/materiais de infraestrutura de natureza civil e elétrica que não faça parte do escopo.

5.17. O CONTRATANTE deverá dispor dos seguintes profissionais legalmente habilitados a executarem os serviços objeto deste instrumento: a) um engenheiro mecânico ou industrial modalidade mecânico (CBO-214405) com CREA e experiência mínima de 01 ano; b) um Técnico de refrigeração (CBO-725705) com ensino médio completo, curso técnico NR-10 e experiência mínima de 02 anos; e c) um Auxiliar técnico de refrigeração (CBO-314115) com ensino médio completo, curso técnico ou de qualificação para instalações de climatização do tipo ar-condicionado central com chillers.

5.18. O dimensionamento da equipe de execução das manutenções é de responsabilidade da CONTRATADA e minimamente será exigido um técnico e um auxiliar no atendimento.

5.19. A CONTRATADA deverá informar, juntamente com o cronograma previsto no item acima (5.16), a identificação completa de seu(s) empregado(s) (Nome, RG, CPF, endereço e telefone), que serão responsáveis por executar os serviços objeto deste Instrumento, a fim de que o representante do CONTRATANTE possa providenciar a(s) autorização (ões) para ingresso do(s) mesmo(s) nos locais onde serão realizadas as manutenções.

5.20. A garantia dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento destes, sendo que, relativamente ao disposto neste item, aplicam-se também, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.21. A CONTRATADA deverá, sem prejuízo da adoção de outras medidas que visem alcançar o perfeito funcionamento dos equipamentos, observar e executar as rotinas de manutenção preventivas mínimas exigidas no plano conforme ANEXO 1.

5.22. A CONTRATADA deverá, imediatamente, após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, registrar no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) o contrato de prestação de serviço

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

assinado com este Órgão e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de seu(s) Engenheiro(s) Mecânico(s) ou Industrial(is) Modalidade Mecânico responsável(is) pela supervisão, coordenação e orientação técnica dos serviços de manutenção objeto deste instrumento, sendo que estes documentos deverão ser entregues logo após seu registro no referido Conselho, em via original, ao fiscal da CONTRATANTE. O engenheiro mecânico será o responsável pelo objeto desta contratação e pela execução do PMOC, o qual deverá assinar os relatórios mensais e registrar a ART anual da contratação.

5.23. O papel de supervisão dos serviços e a figura do responsável técnico podem ser acumuladas pelo mesmo profissional, engenheiro mecânico, a critério da CONTRATADA.

5.24. A CONTRATADA deverá providenciar, exclusivamente, a suas expensas todas as ferramentas, equipamentos, aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários e suficientes para a execução dos serviços, bem assim, deverá identificá-los de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE ou de outras CONTRATADAS, sendo também de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda, manutenção e conservação dos mesmos.

5.25. A CONTRATADA deverá empregar na execução dos serviços apenas ferramentas e utensílios em bom estado de conservação e apropriados ao uso, inócuo à saúde humana, e cuja aplicação não cause danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros.

5.26. Ficarão a cargo da CONTRATADA todos os custos relativos à disponibilidade, no local onde se realizará a manutenção, das ferramentas, instrumentos e equipamentos (inclusive escadas e andaimes) necessários a realização dos serviços.

5.27. Os serviços devem ser executados de acordo com a melhor técnica, seguindo as recomendações dos fabricantes, as normas da ABNT e a legislação vigente, sem descuidar, principalmente, das condições estipuladas neste instrumento e seus anexos; utilizando-se sempre todos os materiais, peças, equipamentos, recursos humanos e demais insumos necessários à plena, eficaz e eficiente execução dos serviços para cumprimento do escopo.

5.28. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva objetivam o funcionamento pleno dos equipamentos descritos no Item 5.3, compreendendo aspectos relacionados à segurança, eficiência e o bom funcionamento de toda a instalação, considerando-se ainda a depreciação natural que sofre qualquer equipamento eletromecânico.

5.29. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos, eletrônicos e mecânicos, medições, revisão, calibragem, limpeza, lubrificação, bem assim, a substituição de peças, componentes e acessórios dos equipamentos e suas instalações.

5.30. A CONTRATADA deverá possuir conhecimento da central de automação instalada na contratante, de forma que possa realizar todas as tarefas de manutenção previstas, e que possa atender a todas as demandas operacionais e de eventuais falhas nos aparelhos, de forma rápida e eficiente.

5.31. A CONTRATADA deverá possuir capacitação para prestar assistência técnica e fazer a configuração do software de automação, que controla os sistemas de ar condicionado instalados, permitindo ligar e desligar automaticamente, diariamente e conforme programação e perfil de demanda.

5.32. A CONTRATADA deverá registrar as leituras de operação, medições e testes periódicos em planilhas próprias de acompanhamento, devidamente assinadas pelo técnico que realizá-las.

5.33. A CONTRATADA deverá sinalizar e proteger os locais em que se derem as execuções dos serviços, visando reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes, bem como mantê-los ou deixá-los limpos e desimpedidos de sujeira e restos de materiais logo após a conclusão dos serviços.

5.34. A CONTRATADA deverá zelar pelo correto preenchimento de todos os registros de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, que deverão ser elaborados em sistema próprio e/ou sistema da CONTRATANTE, sendo as vias devidamente preservadas e acessível às partes.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

5.35. A CONTRATADA deverá fornecer os relatórios mensais descritivos de todos os serviços prestados após a execução deles. Para a manutenção preventiva do sistema de ar condicionado, além do relatório deve-se preencher as informações de execução no PMOC.

5.36. A CONTRATADA deverá gerar e enviar ordens de serviços (OS) padronizadas para cada atividade ou grupo de atividades, conforme plano de manutenção ou intervenção específica, aos seus funcionários para cada visita de atendimento.

5.37. Todos os empregados da empresa, que estiverem prestando serviços à DRF, deverão estar devidamente identificados, mediante a utilização de crachá e uniforme apropriado.

5.38. Caso haja alguma alteração nos aparelhos instalados, a empresa deverá comunicar a DRF para que seja providenciada a atualização do contrato, mediante termo aditivo.

5.39. Além das máquinas constantes do resumo no item 5.3 deste TR, os demais equipamentos e acessórios tais como caixas de derivação, insufladores de ar exterior, redes de dutos, redes frigorígenas, redes de drenagem, redes elétricas, quadros elétricos, difusores, controladores digitais, e outros, detalhados ou não neste Termo de Referência, mas que compõem o sistema de climatização e ventilação, também fazem parte desta contratação.

5.40. A empresa CONTRATADA não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno não previstos neste edital.

5.41. Constituem objeto deste contrato, além dos itens já mencionados, os seguintes serviços:

- a) Mudança de posição de termostatos, controladores e sensores visando melhorar a eficiência do sistema, desde que no mesmo pavimento;
- b) Configuração dos controladores eletrônicos para um melhor desempenho do sistema, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal;
- c) Configuração do software de gerenciamento do sistema, modificando a programação para ligar e/ou desligar os equipamentos, bem como bloquear ou desbloquear funções;
- d) Regulagem dos difusores de ar;
- e) Medição da vazão e velocidade do ar na saída dos equipamentos e nos difusores, sempre que solicitado pelo gestor ou fiscal;
- f) Verificação, medição e apresentação de relatório de desempenho de cada equipamento, individualmente, sempre que for solicitado pelo gestor, além das revisões mensais;
- g) Medição e apresentação de relatório de desempenho do ar em uma determinada sala ou andar, sempre que solicitado pelo gestor, contendo no mínimo as seguintes informações: área do ambiente avaliado, potência instalada (elétrica-W e térmica-BTU/h ou TR/h), vazão e temperatura do ar na saída do condicionador e na saída dos difusores, vazão e temperatura do ar de retorno junto ao condicionador e temperatura externa no momento das medições;
- h) Testar mensalmente os dispositivos de reserva, tais como bombas, registros, chaves elétricas e etc;
- i) Realizar semestralmente a análise de qualidade do ar nos ambientes conforme Resolução nº09/2003 da ANVISA. A primeira campanha deverá ser realizada no máximo em até 90 dias da ordem inicial de serviço.

5.42. Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais complementares, tais como: graxa, estopa, lixas, solventes, silicone, colas, produtos de limpeza, vareta foscoper, nitrogênio, oxigênio, acetileno para soldas nas linhas frigorígenas, R-141b, filtro manta G-4, e outros materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços compreendidos na manutenção preventiva e corretiva (programada e emergencial).

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Manutenção Preventiva

5.43. Os serviços de manutenção preventiva deverão obedecer ao cronograma de manutenções preventivas que for apresentado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, para atender o escopo mínimo previsto nos ANEXO 1, ANEXO 2, ANEXO 3, ANEXO 4 e ANEXO 5, além das intervenções que a CONTRATADA entender como necessárias para completar o plano de manutenção.

5.44. Entende-se por manutenção preventiva: aquela que tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do equipamento a ser mantido, conservando-os dentro dos padrões de segurança e eficiência, visando seu perfeito funcionamento, de acordo com os manuais do(s) fabricante(s) e as normas técnicas específicas a cada ativo/equipamento, devendo ser executadas as seguintes atividades principais:

- a) Inspeção - Verificação de determinados pontos das instalações e componentes dos equipamentos, seguindo programa de manutenção, recomendado pelos fabricantes dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.
- b) Revisão - Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.
- c) Configuração - Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.
- d) A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o plano de manutenção e todo serviço deverá ser registrado no PMOC.
- e) O PMOC deverá ser preenchido ao final de cada visita, e será a base para o relatório para a entrega dos serviços. Esse documento deverá ser assinado pelo técnico da Contratada que realizar a visita e as atividades nele descritas, pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização da Contratante, sendo entregue juntamente com a Nota Fiscal/Fatura mês.

5.45. As manutenções preventivas deverão ser executadas, ordinariamente, em dias úteis e durante o horário normal de funcionamento da unidade onde os equipamentos estão instalados.

5.46. Nos serviços de manutenções preventivas estão incluídos: toda a mão-de-obra, componentes, peças, materiais e insumos necessários à sua execução, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa Contratada.

5.47. Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:

- a) Manutenções mensais - mínimo de 25 e máximo de 35 dias;
- b) Manutenções trimestrais - mínimo de 80 e máximo de 100 dias;
- c) Manutenções semestrais - mínimo de 160 e máximo de 200 dias;
- d) Manutenções anuais - mínimo de 335 e máximo de 365 dias.

5.48. Em locais com condições climáticas e ambientais críticas, como em cidades próximas ao litoral ou ambientes muito empoeirados, a periodicidade de alguns serviços deverá ser reduzida, visando manter o equipamento em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

5.49. Faz parte do escopo preventivo a realização das análises para monitoramento da qualidade do ar interior.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Manutenção Corretiva

5.50. Entende-se por manutenção corretiva aquela que tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, por meio da eliminação de defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como, pela aplicação ou substituição de insumos, peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, aí incluídas as instalações elétricas, hidráulica, estrutural etc.

5.51. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo. A CONTRATADA deverá, sempre que o CONTRATANTE entender necessário, emitir laudo técnico específico que contenha a discriminação do defeito apresentado e sua origem, sendo que este deverá ser assinado pelo responsável técnico.

5.52. Nos serviços de manutenções corretivas estão incluídos: toda a mão-de-obra e insumos necessários à execução do serviço, bem assim, os serviços de desmontagem, montagem, soldas, balanceamento, materiais de consumo, ajustes, transportes, diárias, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa CONTRATADA.

5.53. Os materiais, componentes e peças de reposição necessários para as intervenções corretivas serão ressarcidas pela Administração pelo mesmo valor de sua aquisição (acrescido do BDI fixo de 10%), no limite de 30% do valor mensal do contrato, com autorização prévia e expressa do gestor ou do fiscal do contrato. Para tal, a contratada deverá efetuar pesquisa de preços com no mínimo 3 fornecedores, mediante Formulário de Autorização de compra – FAC (ANEXO 07).

5.54. As peças e acessórios de reposição serão sempre novos e originais.

5.55. A CONTRATADA não poderá usar como justificativa para a não normalização do funcionamento do sistema: a imprudência, a imperícia ou a negligência de seu corpo técnico, ou ainda, a ausência ou má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição, assim também, a falta de material de consumo necessário à execução do serviço.

5.56. A CONTRATADA atenderá aos chamados para as manutenções corretivas mediante ligação telefônica, sistema próprio e/ou sistema da CONTRATANTE, whatsapp, e-mail, pessoalmente ou por outro meio hábil de contato convencionado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, sendo, que a partir deste contato deverá a CONTRATADA informar, imediatamente, ao CONTRATANTE o número de protocolo do chamado, além disso, deverá fazer constar na ficha de manutenção corretiva/ordem de serviço para Manutenção Corretiva: a data e o horário em que foi feita a referida comunicação, o tipo de defeito informado, o nome do servidor que realizou o chamado.

5.57. A CONTRATADA, durante a realização do ciclo preventivo, também poderá identificar e gerar abertura de demanda corretiva.

5.58. Os registros de manutenções corretivas deverão ser elaborados e fornecidos pela própria CONTRATADA, sendo que estes devem ser preenchidos com a informação de todo o serviço executado, dos materiais, componentes, peças e insumos aplicados, horários de início e de conclusão do serviço e o nome completo do técnico que o realizou.

5.59. Os chamados para manutenção corretiva devem ser atendidos nos prazos definidos na tabela abaixo, sendo que estes prazos terão início de contagem a partir do horário de abertura do chamado e finalização no exato momento do comparecimento do técnico às instalações do CONTRATANTE:

Prioridade	Prazo Máx. de Atendimento	Tipos de Ocorrências
Nível I	24 Horas	Ocorrências que impedem o funcionamento da Unidade ou que acarretem o risco iminente de impedimento total ou as classificadas pela RFB como emergenciais .

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Nível II	72 Horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
Nível III	05 Dias úteis	Ocorrências que não comprometem o funcionamento da Unidade, porém incomodam os usuários ou ainda prejudicam a imagem da RFB.

5.60. Situações que caracterizam a necessidade de atendimento emergencial:

- a) Risco iminente de acidentes;
- b) Risco agressivo ao meio ambiente;
- c) Risco de o dano agravar e levar a perdas onerosas dos equipamentos e instalações;
- d) Parada geral do sistema;
- e) Perda de mais de 30% da capacidade funcional do sistema; e
- f) Falha em um dos sistemas de climatização que atendem aos servidores.

5.61. O prazo de atendimento para cada "tipo de ocorrência" e o "nível de prioridade" deverá constar no "chamado/Ordem de Serviço", aberto pela unidade demandante do CONTRATANTE, conforme a TABELA deste documento.

5.62. Caso a CONTRATADA constata, por ocasião de algum chamado aberto pelo CONTRATANTE para Manutenção Corretiva, a impossibilidade de atendimento dos prazos previstos na Tabela do item 5.43, no ato do recebimento da demanda, deverá comunicar-se com o CONTRATANTE, apresentando os motivos que possam justificar o descumprimento do prazo e informando o prazo em que poderá realizar o atendimento, podendo esta justificativa ser aceita ou não pelo CONTRATANTE.

5.63. Caberá ao CONTRATANTE, após análise, acatar ou não as justificativas exigidas no subitem 5.45, sendo que, na hipótese de ser aceita a justificativa, o novo prazo sugerido pela CONTRATADA será improrrogável.

5.64. A manutenção corretiva, sempre que solicitada, deverá ser realizada, preferencialmente, em dias úteis e no horário compreendido entre 8 e 17 horas, todavia, excepcionalmente, em virtude da urgência ou emergência do caso, segundo avaliação do CONTRATANTE, poderá ocorrer em dias e horários não úteis, tais como: feriados, finais de semana e fora do horário de funcionamento ordinário do CONTRANTE.

5.65. Nas situações emergenciais, segundo a avaliação do CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do chamado feito pelo CONTRATANTE, iniciar o reparo demandado.

5.66. A CONTRATADA deverá observar nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, componentes, materiais, insumos e acessórios, que o prazo máximo para conclusão dos serviços é de até 02 (dois) dias úteis, quando as peças, componentes, materiais, insumos e acessórios compoñham seu estoque ou sejam de fácil aquisição no mercado local e de até 10 (dez) dias úteis quando estas peças, componentes, materiais, insumos e acessórios sejam, comprovadamente, de difícil obtenção no mercado local.

5.67. A CONTRATADA deverá, quando houver necessidade de prazos maiores que os previstos no item 5.49, formalizar solicitação, de forma imediata, para o fiscal do CONTRATANTE, com a devida justificativa e propondo novo prazo, que poderá, de forma motivada, ser aceito ou não pelo(s) fiscal(is) do Contrato, cabendo ainda a CONTRATADA adotar medidas mitigatórias aptas a minorarem a falta ou redução de capacidade causada pela ineficiência ou inoperância do sistema.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

5.68. Não serão aceitas como justificativas para o não cumprimento dos prazos previstos, a imprudência, a imperícia ou negligência da CONTRATADA, além da má conservação das ferramentas, equipamentos ou aparelhos de medição da CONTRATADA, ou ainda a falta de material de consumo e a incapacidade em realizar testes.

5.69. Após a conclusão do serviço de manutenção a CONTRATADA deverá entregar uma das duas vias da Ordem de Serviço para Manutenção Corretiva (O.S) ao representante do CONTRATANTE, para que seja realizado o fechamento/atesto da O.S., sendo obrigatório que esteja assinada pelo técnico da empresa responsável pela execução do serviço e pelo representante do CONTRATANTE, com a data e o horário de término do serviço. Este processo poderá ser realizado eletronicamente.

6. Materiais a serem disponibilizados

6.1. A CONTRATADA fornecerá e aplicará, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, todas as peças que se fizerem necessárias para o correto funcionamento, conservação e segurança dos equipamentos e suas instalações, de forma a evitar seus sucateamentos ou danos que diminuam sua operacionalidade(s) e originalidade(s).

6.2. Os materiais, componentes, peças de reposição e insumos necessários à realização das manutenções preventivas dos equipamentos e suas instalações serão fornecidos às expensas exclusivas da CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a aplicação deles nos equipamentos.

6.3. Os materiais, componentes, peças de reposição necessários à realização das manutenções e corretivas dos equipamentos e suas instalações (exceto os insumos) serão fornecidos pela CONTRATADA, e ressarcidos pela CONTRATANTE, a obrigação da CONTRATADA abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a aplicação deles nos equipamentos.

6.4. Para o ressarcimento dos materiais e peças supracitados, a contratada deverá observar a seguinte rotina:

- a) Realizar pesquisa de preços, em no mínimo, três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido (a pesquisa de preços deverá ser acompanhada da indicação clara do nome do fornecedor, CNPJ, telefone para contato, além da quantidade e valor unitário final para cada item). Será considerado o menor preço da pesquisa;
- b) Preencher corretamente o Formulário de Autorização de Compra – FAC, conforme modelo a ser fornecido pela Administração;
- c) Encaminhar o FAC para a fiscalização do contrato, acompanhado da cotação dos preços pesquisados para a competente autorização;
- d) Efetivar a compra, após a aprovação pelo Fiscal de Contrato;
- e) Dar entrada do material no prédio da DRF, com a respectiva nota fiscal de fornecimento e a Ficha de Autorização de Compra;
- f) Registrar a entrada do material adquirido no controle de estoque da contratada, com a respectiva data de entrada;
- g) Registrar a baixa do material empregado no controle de estoque da contratada, quando da sua utilização, com a respectiva destinação e data de saída;
- h) A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá emitir a sua própria fatura referente aos materiais adquiridos e juntar ao documento de cobrança dos serviços os seguintes documentos: Relatório Técnico mensal, extrato das compras realizadas acompanhado dos respectivos Formulários de Autorização de Compra e de cópias das notas fiscais ali relacionadas e movimentação de entrada e saída dos materiais no controle de

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

estoque. Essa documentação deverá ser encaminhada à fiscalização do contrato para ateste e posterior envio para pagamento.

6.5. Em situações excepcionais, devido à urgência ou impossibilidade, devidamente justificadas, de se obter 3 (três) orçamentos, poderá a contratada, mediante autorização prévia da fiscalização do contrato, realizar pesquisa de preços com menos de três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido.

6.6. À fiscalização do contrato reserva-se o direito de recusar a pesquisa de preços apresentada pela CONTRATADA, quando os preços apresentados forem superiores aos praticados no mercado, cabendo ao Fiscal do Contrato realizar pesquisa de preços que demonstre a não vantajosidade da proposta apresentada pela CONTRATADA.

6.7. O procedimento de ressarcimento de aquisição de peças descrito, justifica-se em razão da inviabilidade prática de planejamento, aquisição, armazenamento e controle de dezenas de itens de pequeno e médio valor, que poderiam nem ser utilizados. Com esse formato, visa-se prestigiar os princípios da eficiência e economicidade, adquirindo-se materiais conforme a demanda do serviço. A não utilização desta sistemática exigiria que a Administração efetuasse procedimento de compra cada vez que necessitasse da substituição imediata de uma peça ou material não disponível no estoque. Como o procedimento de licitação para a compra de materiais exige o cumprimento de diversas fases, o que demanda tempo, haveria muitas ocasiões em que a necessidade não seria atendida tempestivamente, ocasionando transtornos ao andamento dos serviços, notadamente em situações de urgência.

6.8. Todos os materiais/peças de reposição, componentes e insumos deverão ser novos (sem uso) e originais do fabricante dos equipamentos, ou, em não sendo de fabricação deste, devem ser por ele(s) recomendado.

6.9. A CONTRATADA deverá manter em seu estoque uma quantidade de peças sobressalentes, que de forma razoável, seja suficiente para assegurar o cumprimento dos prazos estipulados neste instrumento.

6.10. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a todos os materiais, peças e insumos fornecidos para o cumprimento do objeto deste instrumento, instalados ou não, nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

6.11. Na hipótese de emprego pela CONTRATADA de componentes, peças e insumos com prazo de garantia do fabricante já vencido, ficará esta obrigada a assumir a garantia integral pelo prazo idêntico ao estabelecido pelo fabricante, respeitado o prazo mínimo disposto no item 5.74.

6.12. Serão aceitos pela CONTRATANTE o fornecimento de componentes, peças e insumos de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário a melhoria das instalações, observado os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e viabilidade econômica.

6.13. Fica estabelecido que as peças novas colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do CONTRATANTE.

6.14. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, apresentar os documentos (Notas Fiscais) e certificados que comprovem a origem e as especificações dos componentes, peças e insumos a serem aplicados nos equipamentos, sendo que as citadas notas fiscais deverão estar acompanhadas de documentos de garantia do fabricante, quando este for de fornecimento regular pelo vendedor ou pelo próprio fabricante.

6.15. Os materiais e insumos a serem empregados nas manutenções (corretivas e preventivas) deverão, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, ser submetidos a sua apreciação e aprovação, bem assim, as peças substituídas deverão ser entregues ao representante da CONTRATANTE para aferição de suas condições de uso.

6.16. Não será admitido o emprego de componentes, materiais, peças de reposição e insumos reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, sob pena de aplicação das

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) mesmo(s), sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.17. Para efeito de cobertura do contrato, consideram-se excluídos, unicamente, as peças, partes e componentes danificados por operação inadequada dos usuários e para a qual não tenha concorrido de qualquer modo a CONTRATADA, ou seja, terão coberturas todas as partes, peças, componentes e insumos que isoladamente ou em conjunto com outras sejam essenciais ao correto funcionamento do equipamento, como por exemplo: motor, placa de comando, baterias, sensores, botoeiras, instrumentos, polias, correias, filtros, etc., assim como, todas as demais peças não citadas, mas que tenham necessidade de substituição.

6.18. Se a CONTRATADA utilizar material/peça que não apresente equivalência construtiva, ou seja, de qualidade inferior ao substituído, deverá efetuar a substituição imediatamente, objetivando manter a equivalência construtiva, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, e estará sujeita às sanções previstas em contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.19. A demanda dos órgãos tem como base as seguintes características:

6.19.1. Quantidade de horas de manutenção preventiva e distribuição anual prevista:

A) Ar-condicionado central (chiller) – Rio Branco

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	551	1092,40
Bimestral	17	10,80
Trimestral	349	344,00
Semestral	74	43,67
Anual	23	12,53
Total Geral	1014	1503,40

		Mês											
Horas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03	91,03
	1,80			1,80		1,80		1,80		1,80		1,80	
	86,00			86,00			86,00			86,00			
	21,83						21,83						
Total	177,03	114,67	91,03	178,83	103,57	92,83	177,03	114,67	91,03	178,83	91,03	92,83	

Ar-condicionado individual (split) – Rio Branco

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	24	26,40
Trimestral	34	6,67
Semestral	8	1,27
Total Geral	46	34,33

		Mês											
Horas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20	2,20
	1,67			1,67			1,67			1,67			
		0,63						0,63					
Total	3,87	2,83	2,20	3,87	2,20	2,20	3,87	2,83	2,20	3,87	2,20	2,20	

B) Ar-condicionado individual (split) – Epitaciolândia

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	108	118,80
Trimestral	63	30,00
Semestral	36	5,70
Total Geral	207	154,50

		Mês											
Horas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90
	7,50			7,50			7,50			7,50			
		2,85						2,85					
Total	17,40	12,75	9,90	17,40	9,90	9,90	17,40	12,75	9,90	17,40	9,90	9,90	

C) Ar-condicionado individual (split) – Assis Brasil

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano
Mensal	120	132,00
Trimestral	70	33,33
Semestral	40	6,33
Total Geral	230	171,67

		Mês											
Horas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00	11,00
	8,33			8,33			8,33			8,33			
		3,17						3,17					
Total	19,33	14,17	11,00	19,33	11,00	11,00	19,33	14,17	11,00	19,33	11,00	11,00	

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

D) Ar-condicionado individual (split) – Cruzeiro do Sul

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano	Mês											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mensal	132	145,20	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10	12,10
Trimestral	77	30,67	9,17			9,17			9,17			9,17		
Semestral	44	6,97		3,48						3,48				
Total Geral	253	188,83	21,27	15,58	12,10	21,27	12,10	12,10	21,27	15,58	12,10	21,27	12,10	12,10

6.19.2. Quantidade estimada de horas de manutenção corretiva:

O proponente deverá dimensionar a equipe de atendimento com base nas especialidades e plano de manutenção preventiva especificado pela RFB. O tempo previsto no plano preventivo sempre representará no máximo 70% da dedicação da equipe/especialidade. Isso se deve a reserva de 30% do tempo da equipe/especialidade para alocação em corretivas, uma vez que, ainda será construído um histórico consistente para balizar a demanda corretiva; portanto a quantidade estimada de horas para manutenção corretiva será conforme a tabela a seguir:

Sistema	horas/ano
Ar-condicionado Central (Rio Branco)	644
Ar-condicionado Individual Split (Rio Branco)	15
Ar-condicionado Individual Split (Epitaciolândia)	66
Ar-condicionado Individual Split (Assis Brasil)	74
Ar-condicionado Individual Split (Cruzeiro do Sul)	81

6.19.3. Materiais e serviços inclusos no serviço de manutenção preventiva:

- Filtro secador (08 unid/ano);
- Óleo dos compressores e filtros (troca indicada por análise);
- Análise de óleo (semestral);
- Análise de qualidade do ar (semestral);
- Filtros de ar G4 (trimestral – 30m²/ano);
- Graxas e óleos lubrificantes;
- Glicol inibido;
- Juntas de vedação;
- Material isolante térmico, fitas, tintas e selantes.

6.19.4. Relação amostral das principais peças e componentes, com possibilidade de substituição quando da realização da manutenção corretiva (exemplo de reembolsáveis): Correias de transmissão, rolamentos, polias, mancais, rotores, eixos, acoplamentos, selos mecânicos, sensores, amortecedor de vibração, gás refrigerante, válvulas, filtro tela, botoeiras, placas eletrônicas, instrumentos.

6.19.5. Equipe mínima para atendimento: 01 (um) Técnico de refrigeração e 01 (um) Auxiliar técnico de refrigeração.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

6.19.6. A composição dos custos para apresentação de proposta deve considerar a seguinte formatação:

Função	Valor total mensal (em R\$)
Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços)	(A)
Parcela variável (30% do VALOR MENSAL – peças p/manutenção corretiva)	(A) x 30% = (B)
BDI fixo	(10% sobre B) = (C)
Preço máximo mensal estimado	A + B + C = (D)
Preço global máximo estimado para 12 meses	D x 12

A - Preço mensal dos serviços;

B - Previsão máxima de ressarcimento mensal da aquisição de peças necessárias para a manutenção corretiva;

C - Acréscimo do BDI de 10% sobre B;

D - Preço de referência mensal máximo dos serviços

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a RFB e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A RFB poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a RFB poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Preposto

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá encaminhar preposto da empresa, no local da execução do objeto, quando demandado pelo gestor ou fiscal do contrato.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 06.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3.1. Execução acima de 96% das atividades do plano de manutenção preventiva previstas para o mês de apuração (indicador 1 detalhado no Anexo 06).

8.3.2. Execução acima de 96% das atividades solicitadas para o mês de apuração (indicador 2 detalhado no Anexo 06).

8.3.3. Cumprimento de mínimo 85% dos chamados corretivos com 1º atendimento dentro do prazo máximo estipulado para o mês de apuração (indicador 3 detalhado no Anexo 06).

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Do recebimento

8.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto (mensalmente), o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio eletrônico com os elementos necessários.

8.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no plano de manutenção e Cronograma, estiverem executados em sua totalidade.

8.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência de peças e componentes utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Cessão de crédito

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será **Empreitada por Preço Global**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

Habilitação jurídica

- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de manutenção de sistema central de ar-condicionado: Cabe ao licitante analisar se a atividade exige registro ou autorização, em razão de previsão legal ou normativa na localidade da instalação, e obtê-los mantendo a total regularidade.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#),
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de **10%** do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. **Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia) em plena validade.**

9.33. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1. **Para o Engenheiro Mecânico: serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar-condicionado central - supervisão, coordenação e/ou orientação técnica dos serviços.**

Página 27 | 29

DIENG

Atualização: janeiro/2024

Termo de Referência – Serviços de Engenharia – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Manutenção de ar-condicionado

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

9.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

9.37. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.37.1. **Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar-condicionado central por um prazo mínimo de 3 (três) anos.**

9.37.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativo à execução dos serviços.

9.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.37.4. Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, sucessivos ou não.

9.37.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.37.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.38. **Comprovação de que dispõe dos seguintes profissionais legalmente habilitados a executarem os serviços: a) um engenheiro mecânico ou industrial modalidade mecânico (CBO-214405) com CREA e experiência mínima de 01 ano; b) um Técnico de refrigeração (CBO-725705) com ensino médio completo, curso técnico NR-10 e experiência mínima de 02 anos; e c) um Auxiliar técnico de refrigeração (CBO-314115) com ensino médio completo, curso técnico ou de qualificação para instalações de climatização do tipo ar-condicionado central com chillers.**

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.254.298,58 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. ANEXOS:

ANEXO 01 – Minuta de Contrato

ANEXO 02 – Plano de Manutenção Preventiva

Termo de Referência – Pregão Engenharia – Manutenção de Ar-condicionado

ANEXO 03 – Instrumento de Medição de Resultado - IMR
ANEXO 04 – Formulário de Autorização de Compra – FAC
ANEXO 05 – Planilha Orçamentária Estimada
ANEXO 06 – Planilha Orçamentária em branco para preencher

(Assinado e datado digitalmente)

Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira

Engenheira

SIAPE ÚNICA 033723281

CREA/PA nº 17.126D-PA

Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG/DIPOL/SRRF02



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 02/08/2024 20:00:47 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 02/08/2024 20:00:47 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP03.0924.13298.590B

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
ADA541CA8A7AF33D160DF2044C707E44C27201FF5134A57F7B37263067B9140A